



# Tribunal de Contas

ESTADO DE PERNAMBUCO

Informativo Semanal

367

## TCE na disputa pelo "Innovare"



**Tome Conta**  
Está em nossas mãos

O portal "Tome Conta" do TCE está na disputa pelo "13º Prêmio Innovare", um dos mais conceituados da Justiça brasileira. O prêmio é conferido anualmente a instituições que desenvolvem práticas que contribuam para a efetividade da Justiça. Ele é fruto de uma parceria entre o Instituto Innovare, Associação dos Magistrados Brasileiros, OAB, Associação dos Juizes Federais, Associação Nacional dos Magistrados do Trabalho, etc, com apoio das Organizações Globo. O portal disponibiliza para o cidadão informações de todos os órgãos públicos do Estado e dos 184 municípios pernambucanos.

## Código de Processo Civil



A convite do conselheiro João Campos (C), diretor da Escola de Contas do TCE, o advogado Misael Montenegro Filho ministrou palestra no auditório do órgão sobre o novo Código de Processo Civil. Na abertura do evento, o conselheiro ressaltou que o novo CPC contém normas gerais cujos efeitos se irradiam para os processos administrativos, que são amplamente utilizados pelos órgãos de controle. Em abril, a Escola promoveu uma oficina no Recife e outra em Petrolina sobre "Aspectos relativos às Leis da Ficha Limpa e da Responsabilidade Fiscal em último ano de mandato".

## Alerta de Responsabilização

Termina no próximo dia 4/7 o prazo concedido pelo TCE à Companhia Estadual de Habitação para informar ao gabinete da conselheira Teresa Duere o cronograma de conclusão da urbanização do Canal do Frágoso no município de Olinda. Equipe do Núcleo de Engenharia identificou um atraso de pelo menos 29 meses em relação ao prazo contratado, além de falhas técnicas no projeto, o que causa grandes transtornos à população em período chuvoso.

## Prevenção e combate à corrupção

O presidente Carlos Porto abriu no auditório do TCE o II Encontro Nacional sobre Cooperação para Prevenção e Combate à Corrupção. O evento foi patrocinado por várias entidades, entre elas a Associação dos Auditores e o Ministério Público de Contas. O conselheiro Valdecir Pascoal e o procurador Cristiano Pimentel foram alguns dos palestrantes.

## Operação Tsunami

Preso pela Operação Tsunami da Polícia Civil, o prefeito de Catende, Otacílio Alves Cordeiro, acusado de improbidade administrativa, teve suas prestações de contas de 2009, 2010, 2011 e 2012 rejeitadas pelo TCE. As do segundo mandato ainda estão em análise. O TCE e o Ministério Público de Contas, em cinco representações distintas, informaram ao Ministério Público Estadual indícios de crime na prefeitura, o que ensejou a ação da Polícia Civil.

## Descumprimento de decisão do TCE

Por recusar-se a cumprir decisão do TCE sobre inscrição de débito na dívida ativa do município, e sua consequente execução, o ex-prefeito de Ibimirim, Antonio Marcos Alexandre, foi condenado em primeira instância ao pagamento de uma multa equivalente a 25 vezes o valor da última remuneração percebida enquanto esteve à frente da prefeitura. A ação civil pública ajuizada pelo MPPE, após representação do Ministério Público de Contas, foi julgada procedente pela juíza Naina Lima Cunha.

## Suspensão de Pregão Presencial

Medida Cautelar expedida pelo TCE (conselheira substituta Alda Magalhães) determinou à Prefeitura do Recife a suspensão do Pregão Presencial nº 01/2015 cujo objeto é estruturar o lançamento de debêntures no mercado de títulos, lastreado na dívida ativa do município. Cabe Pedido de Reconsideração. Embora a matéria seja controversa, auditores entendem que o lançamento equivale a uma operação de crédito, o que é vedado pela Lei de Responsabilidade Fiscal. A PCR assumiu compromisso com o TCE de não assinar o contrato enquanto o mérito da matéria não for apreciado.

## Obras inacabadas

"Obras inacabadas" foi o tema de várias entrevistas que o presidente Carlos Porto concedeu nos últimos 15 dias a órgãos de imprensa da capital e do interior.



Ele alertou os gestores públicos para que planejem melhor o seu cronograma de obras porque o atraso é prejudicial ao erário e sobretudo à população. O total de obras inacabadas em Pernambuco (dos três níveis de governo) é superior a R\$ 3 bilhões.

Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco

Diretoria de Comunicação - DC | 81 3181 7671 | imprensa@tce.pe.gov.br

Duvidoria | 0800 081 1027

www.tce.pe.gov.br